



IDENTIDADE E SUA DIMENSÃO INTERDISCIPLINAR: O "EU", O "NÓS", O "OUTRO" E O BRASIL

Antônio Mateus Soares*

Resumo: Em perspectiva interdisciplinar, este artigo problematiza o conceito de identidade, demonstrando algumas dimensões de sua polissemia. Apresentando uma natureza teórica, a discussão afirma a identidade como um elemento definidor de relações, as formas de sua elaboração, enquanto categoria dinâmica e suas expressões na vida cotidiana. Na análise, a identidade é problematizada na dialética das semelhanças e das diferenças. A compreensão das relações entre indivíduos e coletivos é afirmada como chave matriz para a interpretação da sociedade. Apresentando definições e conceitos interdisciplinares, o presente artigo se desenvolve obedecendo a seguinte ordem: a) identidade individual, coletiva e nacional; b) construções do "eu" indivíduo, do "outro" indivíduo e do "nós" coletivo; c) identidade, representação, limites e conflitos; d) identidades que constituíram a sociedade brasileira; e) nação e identidade nacional; e f) os diversos "brasis".

Palavras-chave: Identidade. Cultura. Sociedade brasileira. Nacionalismo. Brasil.

INTRODUÇÃO

Os debates sobre as "identidades" são inesgotáveis. Propositadamente, neste primeiro momento, colocaremos a palavra identidade entre aspas e no plural, pois, para os objetivos deste artigo, a identidade deve ser compreendida de forma pluralizada e, mesmo quando no singular, remeterá a uma elaboração dinâmica e plural, a uma fusão entre o "eu" e o "outro" para a constituição do "nós". Esta condição sinalizará a elaboração da identidade individual e coletiva, conforme se explicita nos estudos do interacionismo simbólico e na psicologia social. Após estas sinalizações, partiremos para uma discussão menos psicológica, mas nem por isso menos importante, focando nas interpretações sociológicas e antropológicas que evidenciarão a formação do ideário de uma identidade nacional apoiada na fundição étnica do negro + branco + índio = mestiço = brasileiro.

* Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto da Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor permanente do Programa de Pós-graduação Estado e Sociedade da Universidade do Sul da Bahia (UFSB) e professor colaborador do Mestrado em Educação e Diversidade da UNEB. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq): Violência, Território e Direitos Humanos. *E-mail:* antoniomateuscs@gmail.com

Os sociólogos sectários de determinadas correntes teóricas considerariam imprudente o fato de este artigo partir para uma discussão sobre identidade com direcionamentos metodológicos em momentos esparsos. Entretanto, sem receio da imprudência, acreditamos que o desafio de pensar a identidade nacional de um país tão heterogêneo como o Brasil pode ficar mais instigante no momento em que montarmos uma compreensão do "eu" brasileiro até chegar aos "nós" brasileiros. Assim, a identidade nacional será compreendida como um projeto contínuo e inacabado, que nos iguala e nos difere, que se institui como uma colagem de várias identidades individuais e coletivas que continuam seu processo de elaboração, embora muitas vezes distorcida.

A constituição da identidade individual e coletiva e seus elos com a construção do ideário da identidade nacional, há algum tempo, ronda os debates nas ciências sociais e ganha complexidade maior no mundo da espetacularização pós-moderna, que esvazia as subjetividades humanas e coisifica os indivíduos, fazendo de sua existência social uma complexa performance de representações, simulações e imitações que se perfazem tanto nas esferas individuais, quanto nas coletivas.

Como elemento definidor de relações, a constituição da identidade e sua manifestação na vida cotidiana se assentam na diferença, na interação e em um jogo de assimilações. O "eu" que nos define é o mesmo "eu" que nos aproxima e distancia do "outro", que nos torna diferente e semelhante, e que nos transforma em um ser individual, social, nacional e, na égide da globalização, em um ser transnacional, híbrido, fragmentado e simultaneamente alinhavado por pontos frouxos. A relação entre individual e coletivo é de interconexão e existencialidade, sendo impossível pensar a sociedade brasileira sem associar com a interpretação do "eu" brasileiro e dos "nós" brasileiros, que são condições sociais assentadas nas características históricas recorrentes ao processo que elaborou o povo brasileiro.

Nos anos 1930, alguns teóricos como Gilberto Freyre (1970, 1986), Sérgio Buarque de Holanda (1971), Caio Prado Júnior (2000), entre outros, buscaram interpretar o Brasil e a identidade nacional retomando inquietações lançadas em 1922, na Semana de Arte Moderna. Tais inquietações partiam de uma pergunta que até hoje polemiza qualquer discussão sobre o tema: Quem é o brasileiro? Obviamente, responder que o brasileiro é fruto de uma mistura entre branco, negro e índio se mostra insuficiente. Afirmar que o brasileiro é um homem amorfo, deformado e brutalizado pelas condições adversas, como sinalizaram alguns artistas plásticos, escritores e poetas na segunda década do século XX é radicalismo desmedido. Pensar o brasileiro é tentar decodificar seus processos históricos, culturais, sociais e identitários. Assim, qualquer tentativa de resposta para esta provocação deve basear-se em questionamentos como: Quem sou eu? O que me trouxe até aqui? Por que sou assim? Por que gosto de futebol e carnaval? Por que tenho preconceitos? Por que somos assim? Por que gosto de tirar proveito sempre? Por que confundo o público e o privado?

Tais problematizações indicam que qualquer tentativa de entender a identidade nacional deve ser iniciada com uma interpretação do indivíduo (eu) e do coletivo (nós) como elementos

de um mesmo processo constitutivo. Considerando que as identidades são dinâmicas, no instante que se realizam no "eu" brasileiro, no "outro" brasileiro e nos "nós" brasileiros, elas se desdobram, opõem, sobrepõem e, neste processo dialético, se constituem e produzem os dispositivos necessários para a figuração da identidade nacional.

Neste debate, buscaremos o entendimento da identidade em sua dimensão individual, coletiva e nacional, evidenciando suas formas de representação social com base em suas relações com as manifestações culturais e econômicas, assim como as lógicas que hierarquizam a sociedade brasileira e os contextos específicos de grupos. Para atingir este anseio, a exposição do assunto será feita em seções que tratarão das seguintes questões: identidade individual, coletiva e nacional; construções do "eu" indivíduo, do "outro" indivíduo e do "nós" coletivo; identidade, representação, limites e conflitos; identidades que constituíram a sociedade brasileira; nação e identidade nacional; e, por fim, os diversos "brasis".

IDENTIDADE INDIVIDUAL, COLETIVA E NACIONAL

Enquanto categoria de análise, a identidade guarda em si uma condição mutante. Às vezes é capturada e recodificada em um jogo imposto pela lógica de dominação, seja ela econômica, política e/ou cultural. Nas tentativas de entendimento da complexidade teórica e conceitual que se constrói com base nas identidades, é necessário levar em consideração que, em ambas as dimensões – individual e coletiva –, a identidade é uma variável especificadora imprescindível para nossa inteligibilidade individual, coletiva e nacional.

A identidade individual é necessária para nossa especificação e reconhecimento no grupo e pelo grupo. Podemos afirmar que ela se elabora embasada em uma soma de conteúdos sociais nos quais estamos imiscuídos desde nosso nascimento: moral, valores, crenças, costumes, regras e leis que são asseguradas pela reprodução eficaz das instituições formativas (família, escola, igreja, estado etc.). Essas instituições participam de nossa construção identitária e do processo de introjeção das disposições formadoras do "eu", que não se constrói isoladamente. Em concomitância ao processo de formação de nossa identidade individual, operamos a identidade coletiva ou social, aquela que se formata com base no somatório de afinidades individuais que, por sua vez, constituem-se baseadas nos atributos de tradição, economia, cultura, ideologia, entre outros.

Um fator importante na autoelaboração e reelaboração da identidade individual e coletiva é o desempenho de papéis sociais¹ que, além de confirmar o dinamismo da identidade,

1 - No contexto teórico de Emile Durkheim (2002), os papéis sociais ocupados por um indivíduo na sociedade fazem com que ocorra uma reprodução de comportamentos para atender à função de cada papel exercido. Assim, temos uma ação "convencionada" ou "esperada" para cada papel social, o que exerce influência na nossa identidade enquanto sujeitos.

torna-a multifacetada em cada situação específica: o papel de pai, o papel de professor, o papel de marido, o papel de sindicalista etc. Neste sentido, Anselm Strauss (1999) elabora uma noção de identidade dinâmica associada ao desempenho de diferentes papéis articulados à experiências específicas de vivências em mundos sociais particulares.

A identidade coletiva é constituída pela convergência de ações individuais que se assimilam e se influenciam reciprocamente, sendo arriscado afirmar qual se constitui primeiro – a identidade individual ou coletiva. Deste modo, o que se pode afirmar é que uma não se elabora sem a outra. As instituições sociais – família, escola, estado e igreja –, como modeladoras das representações coletivas e das identidades, exercem uma força coercitiva sobre as representações individuais. Estas instituições, às vezes, reproduzem processos sócio-históricos distorcidos e acabam caindo na armadilha de reproduzir irracionalidades sociais, sem refletir sobre o malefício social que causam.

Tais reproduções irracionais, instituídas nos processos identitários, são resgatados de contextos históricos específicos e se explicitam nas representações identitárias contemporâneas, refazendo práticas etnocêntricas que supervalorizam ou inferiorizam costumes e práticas regionais, culturais, religiosos etc. Em alguns casos, repetem as mesmas ações sexistas e racistas do passado conservador, em que o senhor espancava sua esposa, surrava seus escravos, impedia práticas religiosas na senzala e criava um estigma virulento em relação às minorias sociais. Além disso, reprimia os comportamentos sociais diferenciados dos padrões produzidos e mantidos pelo sistema patriarcal e escravagista. Lamentavelmente, esses contextos foram reproduzidos historicamente e ainda deixam cicatrizes perversas na sociedade brasileira e na constituição de sua identidade nacional, a ponto de ser preciso criar leis específicas para combater reproduções históricas criminosas contra a mulher e contra o negro.²

Analisar o jogo das identidades é compreender como elas se perfazem no movimento social. Entender as performances do "eu" (individual) e do "nós" (coletivo) em suas ligações com as instituições sociais formativas, permite-nos um olhar mais crítico e problematizador em relação às distorções em torno da construção da identidade nacional, que muitas vezes nos conduz a um ufanismo patriótico delirante e a um discurso nacionalista vazio, que impossibilita que enxerguemos de maneira lúcida os "nós" brasileiros em seus múltiplos aspectos.

A identidade nacional, enquanto conceito, pode ser entendida como um ajuntamento de identidades individuais e coletivas que se articulam como arranjos que compartilham da mesma sensação de pertencimento territorial, cultural e existencial (sou baiano, sou nordestino, sou brasileiro, sou daqui e reconheço minhas raízes). A sensação de pertença nos imbuí

2 - A exemplo da Lei n. 7.716/89, que regulamentou o artigo 5º da Constituição Federal brasileira, e afirma que racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. Do mesmo modo, a Lei Maria da Penha, sancionada pelo Decreto presidencial n. 4.377, de 13/9/2002, regulamenta que qualquer tipo de violência e discriminação racial é crime.

de responsabilidades subjetivas, objetivas, morais e civis perante a nação e seus significados. Uma reflexão responsável sobre as identidades do brasileiro se traduz em um entendimento sobre as múltiplas faces do Brasil, um país de pluralidade e diversidade cultural, de imensas riquezas naturais e possuidor de uma história de extorsões, estupros, genocídios, crimes e violências que, até os dias atuais, fissuram a própria ideia de nação.

Ao buscarmos uma compreensão realista sobre a identidade nacional, percebemos como as introjeções no imaginário coletivo são arranjadas e intencionalmente produzidas. O ideário da identidade nacional figura-se na alegria de um povo híbrido que se diverte e transgri-de no carnaval; pula, grita e se emociona com o futebol; reza e faz promessas para as mais variadas divindades; tem orgulho de ser brasileiro e vive guiado pela esperança de dias melhores. Como confabulação recorrente nas discussões de mesa de bar, no almoço do final de semana, no discurso político de direita (e agora de esquerda também), em crônicas de jornalistas desinformados, este ideário de identidade nacional é omissivo em relação ao processo histórico de formação identitária e repleto de intenções políticas e ideológicas.

CONSTRUÇÕES DO "EU" INDIVÍDUO, DO "OUTRO" INDIVÍDUO E DO "NÓS" COLETIVO

Refletir sobre a temática em questão não é fácil, ainda mais quando se deseja problematizar a identidade, buscando entender o que nos difere e o que nos iguala, no plano individual, coletivo e nacional, partindo das dimensões do "eu", do "outro" e do "nós". Por acreditar que a formação da identidade brasileira é um processo paralelo à formação do "eu", pois incide na constante afirmação do "eu" brasileiro e dos "nós" brasileiros, dialogamos com as conjugações do "eu" e do "outro", buscando um alinhamento, mesmo que no horizonte de um "nós" nacional.

As conjugações entre o "eu" e o "outro" constroem a identidade individual e coletiva e as colocam em contínua reelaboração no meio social. Consoante Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1995, p. 45, grifos do autor), manifesta no texto *Ciência da lógica*:

[...] ao reconhecer que há diferenças entre o *eu* e o *outro*, afirmando que não existe nada que seja determinado como *eu* e que seja externo a outro *eu*, isto é, que não seja também *eu*. Mas o que importa é que o *outro* não é o *eu* e, portanto, não podem ser iguais. O *eu* e o *outro* são entes não-iguais, mas se constroem mutuamente.

Para Anselm Strauss (1999), não há como isolar identidades individuais de coletivas, pois elas se constituem reciprocamente e são historicamente elaboradas, mantendo-se constantemente atualizadas pela memória social. Na dimensão psicológica, podemos considerar que a primeira instituição na qual temos a diferenciação entre o "eu" e o "outro" e a constituição da identidade coletiva é a família.

Segundo Jacques Lacan (1981, p. 120, grifos nossos), é na família que o "outro" surge, referindo-se ao indivíduo em sua infância – basicamente ao ciúme de criança –, quando constata a existência de outros semelhantes na relação doméstica,

O ciúme tem papel importante na sociabilidade e no próprio reconhecimento do homem enquanto ser, porque é quando o indivíduo começa a tomar conhecimento do *outro* e precisa situar-se, saber onde ele está e quem está do outro lado. Isso faz que o *eu* seja descoberto concomitantemente com o *outro*.

Diferentemente do estudo de Lacan (1981), em sua análise da constituição do "eu" e do "outro" com base na psicologia infantil, Anselm Strauss (1999) observa a socialização na vida adulta. Como um dos fatores mais importantes na constituição do *self*, ele ainda apresenta uma visão das transformações da identidade por meio do desempenho de papéis que exercem influência na constituição do "eu" e nas formas de manifestação deste "eu" indivíduo na sociedade.

Na tentativa de sinalizar uma compreensão teórica pincelada por leituras do campo psicossocial, faz-se necessário menção ao trabalho de Axel Honneth – *Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* –, que tem como uma de suas referências o trabalho de George Mead, *Espírito, Persona y Sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*, publicado em 1973. A análise de Axel Honneth (2003) oferece possibilidades intercompreensivas para se buscar a fonte motivacional do reconhecimento da identidade coletiva. Propondo uma teoria normativa de base psicossocial para os conflitos sociais, ele utiliza-se do interacionismo simbólico de George Mead (1973). Este possui uma teoria psicossocial próxima das compreensões entre o "eu" e o "outro" de Erving Goffman (1985) que faz uma analogia da sociedade como um palco em que cada ator faz parte das dramatizações da vida. Mead (1973) estabelece que a autoconsciência de um sujeito só é possível à medida que este aprende a perceber sua ação na perspectiva das pessoas com as quais se relaciona, é o que ele chama de "outro" generalizado.

No reconhecimento de uma identidade nacional, que pode ser traduzida em uma afirmação da identidade coletiva e social, mediada pela ideia de pertencimento territorial e cultural, o sujeito deveria compreender as raízes de seu lugar e interpretar os sentidos da nacionalidade, assim como se mostrar atento às obrigações para com a nação e também a seus direitos, aqueles (as) aos quais o "outro" generalizado deveria satisfazer. Deste modo, o "eu" individualizado internaliza normas, valores e códigos morais do "outro" generalizado, que muitas vezes se reproduz no discurso das instituições formativas – família, escola, igreja e estado –, e não se ausenta das construções do "eu" indivíduo, do "outro" indivíduo e do "nós" coletivo.

IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO, LIMITES E CONFLITOS

A identidade é formada por forças internas e externas dinamizadas por constantes reelaborações. O indivíduo se encontra dividido entre o que ele é para si e para os "outros", ou seja, busca o reconhecimento de sua identidade individual pelo conjunto de elementos com os quais divide o espaço social. O "eu" e o "outro" se aproximam em um processo de interação que constrói a identidade individual e coletiva, por meio de um efeito chamado reflexo,³ que dialoga com as formas de representação. Para Goffman (1985, p. 230, grifos do autor):

A representação do *eu* – a noção geral de que fazemos uma representação de nós mesmos para os outros não é nenhuma novidade. O que deveria ser acentuado, para concluir, é que a própria estrutura do *eu* pode ser considerada segundo o modo como nos arranjamos para executar estas representações na nossa sociedade.

O "eu" se percebe por meio do "outro" e pelo "nós" representado na sociedade. Stuart Hall (2006) aproxima-se deste pensamento ao afirmar que a identidade se constitui pela interação entre o "eu" e a sociedade, com forte influência das relações culturais. Do mesmo modo, Zygmunt Bauman (1998) explicita que, ao flutuarem no ar, as identidades estão a se constituir por toda parte, algumas provenientes de nossa própria escolha, outras "impostas" pelo convívio social. Já Michel Maffesoli (1996) defende que as identidades também são constituídas por máscaras produzidas pela sociedade. Estes teóricos defendem que as construções identitárias devem ser compreendidas como realizações culturais e discursivas.

Nestas elaborações, a interação, o conflito e a diferenciação se mostram como elementos imprescindíveis. Segundo Goffman (1985, p. 23): "[...] a interação pode ser definida como toda relação que ocorre quando num conjunto de indivíduos se encontram e se influenciam pela presença e interação dos outros". A interação é uma dinâmica que se manifesta de diversas maneiras e tem a sociedade como palco. Sendo assim, a identidade em sua relação social pode ser compreendida como o resultado de interações sociais, um produto coletivo só possível pela ação e interação.

Os grupos sociais, portanto, participam do processo de constituição da identidade coletiva. As afinidades ideológicas e interações culturais geram disposições que, no transcurso da dinâmica social, são internalizadas no "eu" individual. A noção de interação e mundo social percebe o "eu" individual como unidade básica da dimensão social e do movimento de socialização, na qual interage e passa por diferentes tipos de redes e grupos.

3 - Em uma dinâmica de reconhecimento e configuração de identidade, o "eu" e o "outro" se constituem em um processo reflexo – como uma imagem no espelho. Na dinâmica do reconhecimento do "eu" e da consciência de afinidades diversas com o "outro", teremos a constituição da identidade de um grupo social, que se forma pelo contato de grupos de pessoas que possuem situações em comum e estabelecem interações diretas e permitem a utilização destas experiências análogas.

Como variável da interação entre o "eu" e o "outro", temos o conflito que Strauss (1999) identificou como resultado da proximidade e parte constitutiva de uma identidade coletiva. O conflito permite uma existência social e uma posição em relação aos grupos já constituídos. Neste contexto, enquanto Strauss (1999) o percebe como manifestação da proximidade, o teórico Georg Simmel (2006) explicita que ele decorre da existência de fronteiras entre o "eu" e o "outro", e que a sociedade se forma com base nas proximidades e limites. Em ambos os contextos, o conflito nasce da noção de existir uma diferença, que serve como base para entender a própria interação na constituição da identidade.

Permeada pelo processo de interação, conflito e reconhecimento, constitui-se a identidade coletiva/social e nacional de um povo. O "eu", movido por forças externas e muitas vezes por necessidades internas, constitui-se no "nós" em um processo de interacionismo marcado por interdependências entre a identidade individual, coletiva e nacional. O "nós" da identidade coletiva mostra-se presente em diversas configurações grupais que se elaboram no contexto da nação, tendo como pressupostos afinidades ideológicas, pertencimentos regionais, comunitários e grupais, adesões e desejos culturais comuns que fazem parte dos processos da constituição social e nacional.

IDENTIDADES QUE CONSTITUÍRAM A SOCIEDADE BRASILEIRA

Hibridismo, mestiçagem e miscigenação são categorias de análises antropológicas imprescindíveis, pois são as bases que nos possibilitam compreender as identidades que constituíram o Brasil, tanto aquelas que efetivamente se elaboraram no processo, quanto aquelas que foram forjadas para atender interesses *outsiders*. Somos um povo mestiço, como muitas vezes afirmou o sociólogo Gilberto Freyre (1970), que além de afirmar este elemento identitário, defendia nosso caráter híbrido e miscigenado. Foi um dos primeiros e mais importante teórico a compreender e difundir a sociedade brasileira com base nas três matrizes étnicas formadoras: o negro (africano), o branco (europeu) e o índio (americano); ou seja, o brasileiro fruto de uma mistura intercontinental de povos marcadamente diferentes.

Nos primeiros anos de contato com o componente curricular de história no ensino fundamental, o estudante brasileiro aprende que as três principais matrizes étnicas formadoras da população brasileira foram o negro, o europeu e o índio, e que estas matrizes, ao promoverem a miscigenação do povo brasileiro, deram origem a três tipos fundamentais de mestiço: caboclo (branco + índio), mulato (negro + branco) e cafuzo (índio + negro). Entretanto, estas informações, mesmo sendo importantes, não são suficientes para montarmos um quadro analítico desta sociedade tão plural e complexa, pois precisam ser desdobradas em uma compreensão que busque desvendar como se deu as assimilações culturais, os encontros e desencontros destas etnias.

Obviamente, o caráter híbrido, mestiço e miscigenado da sociedade brasileira evidencia a mistura genética e cultural formadora de uma base social preenchida por elementos multirraciais e multiculturais, em que a cultura se misturou mais que o sangue, mesclando o povo brasileiro e suas identidades. A mescla, muitas vezes referenciada em suas virtudes culturais por teóricos franceses como Roger Bastide (1959), foi também utilizada de forma discriminatória, quando se fracionavam os gradientes de cor e se criavam nomenclaturas socialmente classificatórias como: moreno claro, moreno escuro, moreno canela, cabo verde, galego, sarará, gazula, cor de chocolate, clarinho, jambo, sapoti, cocada-puxa, cabrocha, branca de neve, meia-noite, café com leite, queimadinho, marrom bombom, entre outras. Estas nomenclaturas promovem uma classificação na pigmentação que reforça os preconceitos sociais, remontando a um esquema pretérito de imbricações entre miscigenação, latifúndio e escravidão, que se refaz na manutenção das hierarquias e distinções, como herança de uma sociedade escravocrata que, como defendia o abolicionista Joaquim Nabuco (2000), deixou seus ranços mesmo após a abolição.

A sociedade brasileira compreendida por sua mesclagem étnica, que redundava em uma rica diversidade cultural, foi também analisada, em 1922, como uma sociedade antropofágica, terminologia cunhada por Oswald de Andrade (1976), remetendo aos ritos da tradição dos índios canibais que comiam homens brancos e, segundo ele, também comeram a cultura brasileira e produziram outra cultura. A antropofagia, utilizada metaforicamente por Oswald de Andrade, sinaliza também a capacidade de (re)processamento cultural da sociedade brasileira, marca indelével de um país multicultural e sincrético, formado, segundo o antropólogo Darcy Ribeiro (1996), por um povo transplantando.

Nesta sociedade de múltiplos adjetivos, em que se processou uma violenta transfiguração étnica, elaborou-se um novo povo:

Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiça, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam. Povo novo ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros (RIBEIRO, 1996, p. 19).

Um povo novo que se enfrenta e se funde, fazendo surgir uma nova estrutura social. Para Ribeiro (1996), a mestiçagem fez nascer um novo gênero humano, foi "desindianizando" o índio, "desafricanizando" o negro e "deseuropeizando" o europeu. Deste modo, foi na fusão de suas heranças culturais, em um amplo processo de assimilação, que se fez o povo brasileiro.

No bojo deste processo de compreensão da formação da sociedade brasileira, é recorrente surgir inúmeras dúvidas sobre quem somos afinal, pois não somos o negro africano, não somos o branco europeu, não somos o índio americano. Quem é o brasileiro afinal? Este questionamento surgiu nas primeiras décadas do século XX, quando inúmeros artistas e intelectuais buscavam a interpretação do povo brasileiro, figurando assim o ideário de uma identidade nacional, que deveria se estabelecer em concomitância com a efetivação do Brasil enquanto nação constituída por um povo que tivesse os mesmos desejos e aspirações perante sua terra; um povo que realmente defendesse seu sentimento de pertença.

NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

Na formação da sociedade brasileira, o conceito de nação sempre teve um emprego polêmico, tendo em vista que ele se institui com base no sentimento de pertença, que se assenta em uma sociedade organizada com base em práticas culturais comuns e memórias coletivas conjugadas.

A memória coletiva se aproxima do mito, e se manifesta, portanto, ritualmente. A memória nacional é da ordem da ideologia, ela é o produto de uma história social, não da ritualização da tradição. Enquanto história ela se projeta para o futuro e não se limita a uma reprodução do passado considerado como sagrado (ORTIZ, 1998, p. 135).

Derivando do mesmo sentido de nação, a nacionalidade, em sua acepção clássica, *Ellinikon Ethnos*, envolve a noção de "etnia", de particularidade morfo genética, marcando uma expressão "de fronteira", do reconhecimento do "outro diferente". Além disso, a nacionalidade também pode ser compreendida como a associação entre "nação" e território (direito de solo – *jus soli*), e da "nação" e a origem comum (direito de sangue – *jus sanguinis*). Alguns teóricos defendiam ainda a definição de nação como um conjunto homogêneo de povos que ocupam determinado território.

O discurso de uma nação possui os seguintes elementos: narrativa da nação, ênfase nas origens e continuidade, invenção da tradição, mito funcional e povo puro. Esses elementos trazem consigo a ideia de um passado coletivo, de um povo unificado, contínuo, incapaz de ser mudado. O discurso da identidade cultural visa resgatar um passado glorioso e uma busca constante de um outro futuro anulando as possíveis diferenças (HALL, 2006, p. 46).

O pragmatismo em torno do discurso de nação e a necessidade de aplicá-lo no Brasil dos anos 1930 geraram uma série de conflitos e contradições teóricas, suscitadas pela urgência

política de formatar um ideário de harmonia e homogeneidade nacional em uma sociedade ainda em processo de formação, marcada por uma fusão étnica inacabada e por construções raciológicas que impediam a afirmação de ideais comunitários.

Tal conflito, em relação aos discursos de nação, antes mesmo de encontrar um denominador comum para equacionar o problema, foi capturado e forjado por uma nacionalidade às avessas, pintada de verde e amarelo, ao som de músicas carnavalescas. Uma identidade nacional apoiada na ideia de brasilidade e amor patriótico à terra, fazendo se instituir um nacionalismo utópico e uma identidade nacional duvidosa que, na atualidade, ganha projeção de delírio ufanista ao se expressar no enaltecimento do potencial do país, suas belezas e riquezas naturais, o carnaval e o futebol, gerando capturas de subjetividades e alienações que continuam a impedir que o brasileiro reflita sobre o "eu" e os "nós" brasileiros, que veja o Brasil como Brasil, em seus desequilíbrios e seus atrasos.

Há certa dosagem de polêmica no pensamento de Renato Ortiz (2003) quando afirma que é falsa a ideia de uma identidade nacional, que seja em sua essência verdadeira. Entretanto, o argumento utilizado por ele não deixa de ser coerente ao declarar que existe no Brasil diversas subidentidades que só se unificam em um discurso ideológico. Na tentativa de desmitificar a ideia de identidade nacional, ele defende que a identidade, mesmo pretendendo, não é universal, logo, não atinge a todos; a identidade está ligada ao poder, logo, é construída sob a ótica de governantes; as identidades são montadas de forma interativa, logo, não há alteridades; a construção de identidades tende a suprimir heterogeneidades e conflitos; as identidades, embora assim se pretendam, não são estáticas; identidades são construções discursivas, não verificáveis empiricamente (ORTIZ, 2003).

Nesse sentido, podemos afirmar que a identidade nacional é uma construção discursiva e simbólica, não existindo uma identidade autêntica e acabada, mas uma pluralidade de identidades que se refazem em diferentes momentos históricos.

OS DIVERSOS "BRASIS"

Implicada no processo de interpretação da identidade nacional, Tarsila do Amaral, após ter pintando a *Negra* (1923) e o *Abaporu* (1928), pintou o quadro *Operários* (1933) contendo uma impressionante diversidade de rostos e cores. A artista incorporou, no meio daquela multidão, os rostos de personalidades intelectuais e artísticas conhecidas, como Mário de Andrade, Anita Malfatti, Plínio Salgado e Oswald de Andrade. Talvez tal projeção artística demonstrasse que todos, como operários, têm uma causa, um desejo de luta, e estes artistas buscavam interpretar a sociedade brasileira de uma forma crítica e partindo de seus temas sociais, expressados na tela, pela condição de ser operário no Brasil dos anos 1930.

O Brasil das Tarsilas, dos Gilbertos, dos Sérgio, dos Andrades, dos Holandas, dos Prados, dos Pereiras, dos Santos, dos Silvas soma-se ao Brasil dos Tupis, Cauãs, Iracemas, Bêni, Eriês, Inaiás, Inaiê, Abayomi, Iorubá, Abeo, Aisha, Borislav, Dimitri, Adônis, Dinis, Haskel, Feitosa, Flávio, Rogério, Anna, Marcus, José, João, Antônio, Hannah, Sandra, Alexandre, Heloísa, entre outros, que, ao expressarem o "eu" brasileiro, marcam a origem e a diversidade deste país. Diversidade que foi ampliada com o processo de aculturação, assimilação e fusão entre as culturas não europeias (indígenas e negras) e as europeias (portuguesa, italiana, alemã etc.), elaborando um Brasil de muitos "Brasis" e regionalismos ("Brasis" crioulo, caboclo, sertanejo, caipira, tabaréu, entre outros). Um país que possui uma cultura que transcende as circunscrições territoriais e se explicita nas mais diversas linguagens, signos e ritmos.

Tanto Gilberto Freyre, em *Casa grande & senzala* (lançado em 1933), quanto Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (lançado em 1936), Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro* (lançado em 1995), e Roberto DaMatta, em *O que faz o Brasil, Brasil?* (lançado em 1984), tentaram desvendar este Brasil de múltiplos brasileiros. Freyre (1970) atualizou compreensões em relação à família patriarcal, a religião, o sistema econômico baseado no *plantation* e o processo de mestiçagem da população brasileira; Sérgio Buarque de Holanda (1971) comparou os tipos de colonização ibérica – portuguesa e espanhola –, lançando compreensões sobre os efeitos da colonização no processo de formação brasileira. Em um dos capítulos do livro *Raízes do Brasil*, tratou do homem cordial e de como a cordialidade foi gestada na cultura brasileira. Ribeiro (1996) afirmou que o povo brasileiro era um novo gênero humano, transplantado e pluralizado, instituído pelo processo de transfiguração étnica; Roberto DaMatta (2000), teórico que iremos referenciar mais detalhadamente adiante, interpretou um país que se institui duplamente: o "Brasil", com "B" maiúsculo, e o "brasíl", com "b" minúsculo.

Ao realizar análises sobre as relações entre cultura e estado, Roberto DaMatta (2000) demonstrou como nossa política foi influenciada por dispositivos culturais enraizados e seus equívocos, como e porque na sociedade brasileira permaneceram ranços históricos no comportamento político que ainda atualmente "confunde" o público e o privado. Ao defender que nossa identidade se constrói duplamente, o autor se refere a um "Brasileiro" sério, cumpridor das leis e das regras, e um "brasileiro" malandro, carnavalesco e transgressor, perfis que formatam representações de "brasis" e de brasileiros.

O antropólogo ainda realizou um mapeamento etnográfico da sociedade brasileira, decodificando elementos relacionados a costumes, condutas, hábitos, família, política, festas, questões de gênero etc. DaMatta (2000) alega, em uma de suas conclusões, que esta nação se elaborou como uma moeda de duas faces, em que temos uma jogada pequena "brasíl", e uma jogada do autoritarismo político e econômico "Brasil". No "brasíl" de "b" minúsculo interpreta-se o jeitinho brasileiro, com base na malandragem, no furar fila de banco, no querer sempre tirar proveito, nas trocas de favores, no uso da carteira de advogado e do

sobrenome como símbolo de *status* – "você sabe com quem está falando?" –, e, no "Brasil" de "B" maiúsculo, um país democrático, regido por uma constituição e possuidor de segmentações religiosas conservadoras.

Mesmo com as contradições das múltiplas faces de um Brasil desigual, o ideário de sua identidade nacional foi se erguendo com base em uma suposta brasilidade e na construção de arquétipos representativos do Brasil, enquanto nação, e do brasileiro enquanto povo antropofágico. Mesmo considerando a figuração da brasilidade escorregadia e lacunar, vale mencionar que muita produção artística resignificadora é construída na contemporaneidade como forma de ratificar elementos desta suposta brasilidade.

Dentro desta produção referenciamos nossa musicalidade, o atabaque, o agogô, o xquerê e o berimbau, bem como as melodias e letras que fizeram o sucesso de canções compostas por Dorival Caymmi, Ary Barroso, Assis Valente, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Jorge Ben Jor, Martinho da Vila, Zeca Pagodinho, Zeca Baleiro, Chico César, Carlinhos Brown etc. Há outros álbuns que indicam as múltiplas identidades do Brasil, a exemplo do *Brasileirinho*, em que Maria Bethânia celebra a diversidade do Brasil, e mais recentemente o Canibália – Ritmos do Brasil, de Daniela Mercury, expressando uma representação performática do país, na voz e na dança, em uma produção musical que, ao som dos atabaques e da dança afro, mostra a imensidão da cultura brasileira e de nossa identidade nacional, reconhecendo as marcas da herança cultural africana na nossa, alinhavada por identidades regionais que se interpenetram.

Além da produção musical, que retoma elementos de uma suposta brasilidade, a se expressar no samba, axé, pagode, MPB, *rap*, *hip hop* etc., a fotografia e a produção cinematográfica também desempenham importante papel no rastreamento deste ideário de identidade nacional. Como exemplos de fotografias, temos aquelas que mostram a Bahia, produzidas pelo antropólogo e fotógrafo francês Pierre Verger, assim como as de Sebastião Salgado, que resgatam a "beleza da pobreza" – estetização dos esfomeados de um Brasil desigual –, e de Sérgio Guerra, que, na Bahia, realizou uma megaexposição fotográfica sobre a Feira de São Joaquim, imagens originais de uma afrobrasilidade singular. Esta exposição, além de ter ganhado as ruas de Salvador, em seguida foi exposta nas ruas de Luanda, em Angola. Todo esse conjunto de produções explicita uma divisão real das diversas representações e manifestações da cultura brasileira.

A suposta brasilidade também é referenciada em temáticas sociais e na produção cinematográfica genuinamente brasileira iniciada com as produções de Glauber Rocha, que soube falar do Brasil para o Brasil em seus filmes. Nos últimos anos, a cinematografia produzida no país explicitou os "brasis" de inúmeras questões sociais. Como exemplos, temos: *Central do Brasil* (1998), dirigido por Walter Salles; *O Auto da compadecida* (2000), dirigido por Guel Arraes; *Abril despedaçado* (2001), dirigido por Walter Salles; *Cidade de Deus* (2002), dirigido por Fernando Meirelles; *Carandiru* (2003), dirigido por Héctor Babenco; e *Tropa de elite* (2007), dirigido por José Padilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há outra forma de compreender a identidade nacional se não for pelo viés da pluralidade. Este artigo apresenta isto, uma revisão crítica com seus limites sobre o "eu" brasileiro e o "nós" brasileiros. Para tecer tão metafórica e emaranhada colcha de retalhos, reunindo conceituações sobre as identidades – individuais, coletivas e nacionais –, foi preciso que seus retalhos representassem os conflitos e tensões de um povo que teceu parte de sua histórica sequestrada, mas que, mesmo assim, promoveu assimilações intercontinentais entre negros, brancos e índios, formando um povo que em sua pluralidade se singulariza em relação aos outros povos do mundo.

A diferença e a interação entre as três etnias fizeram parte de uma costura, embora frouxa, definidora de uma miscigenação fantástica, tanto do ponto de vista biológico quanto do cultural. Ao fazer isto, entretanto, ficamos impossibilitados de problematizar neste artigo a formação nacional que se fez concomitante à formação do "eu" e do "nós", condições individual e coletiva de um povo, que, em seu processo de elaboração, transitou na maior parte de sua história por um processo de formação identitária repleta de privações e negações. Um povo sofrido, acusado de ser feliz, como se não fosse digno dessa felicidade.

É neste redimensionamento sobre o Brasil, realizado por pintores, poetas, críticos literários, sociólogos, antropólogos, historiadores e economistas, que reiteramos uma série de valores problemáticos, desde os preconceitos sublimados até a alienação ufanista, presentes no diagnóstico identitário de um país que foi se instituindo como uma nação às avessas, marcada por contradições e por visões estereotipadas e negociadas; um "Brasil" representado imaginariamente para o estrangeiro e outro "brasil" reproduzido em suas mazelas para o brasileiro.

Um lugar chamado Brasil que, durante os primeiros séculos de sua colonização, teve sua população indígena abusada, massacrada, forçadamente catequizada por portugueses e, que, mesmo na contemporaneidade, é vítima de grileiros e de políticas públicas pouco efetivas. Um país chamado Brasil que, durante quase quatro séculos, escravizou milhares de negros e, na atualidade, os descendentes da classe média anêmica são implacavelmente contra as políticas de cotas de estudantes negros e afrodescendentes nas universidades públicas. Uma nação chamada Brasil que, em seu passado, ao separar a casa grande da senzala ou o sobrado do mucambo, promoveu, no presente, a instituição das exclusões urbanas dos condomínios de luxo e dos subúrbios e periferias: aqui moram os negros e lá moram os brancos. Este lugar, país, nação, deixou em seu povo cicatrizes que o tempo ainda não conseguiu apagar. Enfim, este texto traz uma visão deste Brasil de muitos "brasis", uma nação híbrida e contraditória, que se lamenta e tem esperança, que pula, chora e grita: somos brasileiros!

Identity and its interdisciplinary dimension: "I", "We", "Other" and Brazil

Abstract: With interdisciplinary perspective, this article discusses the concept of identity, demonstrating some dimensions of its polysemy. Boasting a theoretical discussion presented affirms the identity as a defining element of relations, where its constitution and its manifestation in everyday life are based on the difference, in interaction and a game of assimilation. The "self" that defines us is the same "self" that brings us closer and away from each "other", which makes us different and similar, and makes us an individual, social, national and be, in the aegis of globalization, transnational, hybrid and fragmented while loosely tacked by dots. The relationship between individual and collective is interconnection and existentialism, being impossible to think the Brazilian society without associating with the interpretation of the "I" Brazilian and "us" Brazilians, who are social conditions settled in recurrent historical features to the process that produced the Brazilian people. Featuring interdisciplinary definitions and concepts, this article develops following this order: individual, collective and national identities; constructions of the "I" person, the "other" individual and collective "we"; identity, representation, limits, and conflicts; identities that formed the Brazilian society; nation and national identity; and the different "Brazils".

Keywords: Identity. Brazilian society. Culture. Nationalism. Brazil.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, O. de. O Manifesto Antropofágico. In: TELES, G. M. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos modernistas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília. INL, 1976.
- BASTIDE, R. Medicina e magia nos candomblés. *Boletim Bibliográfico*. n. 16. São Paulo: Difusão Cultural.
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- DAMATTA, R. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 14. ed. Recife: Ed. de Pernambuco, 1970.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 10. ed. Recife: Ed. de Pernambuco, 1986.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio (1830): a ciência da lógica*. São Paulo: Loyola, 1995. v. 1.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

LACAN, J. *A família*. 2. ed. Lisboa: Assírio & Alvin, 1981.

MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MEAD, G. H. *Espiritu, persona y sociedad – Desde el punto de vista del conductivismo social*. Buenos Aires: Reides, 1973.

NABUCO, J. *O Abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

STRAUSS, A. *Espelhos e máscaras*. São Paulo: Edusp, 1999.

Recebido em agosto de 2014
Aprovado em agosto de 2017